



A Cirurgia Cardiororácica em Lisboa: mais um processo de contornos escandalosos !!!

A divulgação de múltiplas informações e de algumas notícias na imprensa sobre uma chamada auditoria recentemente realizada aos serviços de cirurgia cardiororácica na cidade de Lisboa por uma comissão presidida por um cidadão belga suscitam, desde já, fortes apreensões sobre o processo que estará eventualmente em desenvolvimento para favorecer interesses estranhos aos hospitais públicos visados e de favorecimento, com dinheiros públicos, de círculos privados.

Assim, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul entende ser indispensável referir as seguintes questões:

1- O Tribunal de Contas efectuou uma auditoria a esta área cirúrgica nos mesmos hospitais, tendo chegado a conclusões opostas a esta comissão nomeada pela A.R.S. de Lisboa e Vale do Tejo, além de ter avaliado de forma muito negativa o acordo desta entidade ministerial intermédia com o Hospital da Cruz Vermelha.

É urgente que o Ministro da Saúde explique se a alergia política do governo ao Tribunal Constitucional já se estendeu, por sua iniciativa, também ao Tribunal de Contas.

Não é compreensível que em tão pouco tempo existam duas auditorias com conclusões antagónicas.

2- Num momento em que o próprio Ministro da Saúde tanto tem proclamado a realização de profundas poupanças no sector da saúde, como é admissível que uma A.R.S. vá recorrer a um indivíduo estrangeiro para realizar uma auditoria, sabendo-se que essas auditorias envolvem sempre elevadas verbas?

3- Numa das notícias divulgadas foi expressamente referido que o presidente dessa auditoria não visitou qualquer serviço, tendo ficado encerrado num gabinete a consultar estatísticas e a interrogar elementos dos serviços em questão "em tom inquisitorial agressivo".

É fundamental saber quem deu autorização para que um elemento estranho aos vários serviços tenha consultado documentação sob sigilo legal.

4- Não é conhecido nenhum despacho ou qualquer outro documento legal a determinar a auditoria.

5- O director de um dos serviços auditados fez parte da referida comissão, o que constitui uma anomalia grosseira de conflito de interesses que nenhuma auditoria digna desse nome pode permitir.

6- A auditoria foi realizada em inglês quando é sabido que a língua oficial do nosso país ainda é o português.

7- O relatório intermédio da auditoria já incluía conclusões e recomendações sem ter aguardado pelas respostas dos serviços auditados.

Além deste facto muito elucidativo, as recomendações não se baseiam em quaisquer justificações técnicas.

8- Quais os objectivos que se escondem por detrás do facto de um hospital privado como é o da Cruz Vermelha ser utilizado como elemento de comparação?

O mesmo hospital privado que foi visado pela anterior auditoria do Tribunal de Contas.

Certamente será para justificar aquilo que surge numa notícia e que é atribuído a uma proposta dos membros da tal auditoria: " os peritos deram-lhe nota positiva e recomendam a sua presença na futura organização para responder aos doentes com esperas excessivas para serem operados em Santa Maria e em Santa Marta".

9- Depois da auditoria efectuada pelo Tribunal de Contas ter, segundo os relatos abundantes da imprensa, demonstrado o desperdício avultado de dinheiros públicos com os encaminhamentos de doentes dos hospitais públicos para esse hospital privado, a A.R.S. de Lisboa e Vale do Tejo vem, à semelhança de múltiplas situações anteriores, tomar iniciativas de pura provocação política.

10- É curioso que, segundo essas notícias, o serviço que teve a pior classificação dessa comissão da auditoria foi o do Hospital de Santa Maria.

Num momento em que os próprios serviços visados ainda não receberam as conclusões da auditoria, como explicar que esteja já em desenvolvimento um processo persecutório contra o director do respectivo serviço, com pressões diárias da respectiva administração para que ele tome a iniciativa de se demitir?

11- São cada vez mais insistentes os rumores de que o Ministério da Saúde está a preparar o encerramento, a curto prazo, do Hospital de Santa Cruz.

Tratando-se de uma unidade hospitalar de elevada diferenciação técnico-científica, sobretudo na área cardíaca, o seu encerramento constituiria mais um escandaloso atentado ao SNS e ao direito à saúde dos cidadãos.

À semelhança do que está a acontecer com a Maternidade Alfredo da Costa, o Ministério da Saúde e o Governo estão a focalizar a sua acção destruidora dos serviços públicos de saúde nas unidades de elevada diferenciação em áreas específicas.

Cada mês que passa, torna-se cada vez mais claro que a política implementada pelo Ministério da Saúde visa o desmonoramento faseado do Serviço Nacional de Saúde recorrendo aos mais variados recursos propagandísticos e a simulações políticas de que esta suposta auditoria pode ser mais um exemplo.

É importante acompanhar com particular atenção aquilo que esta auditoria irá provocar futuramente, quer a nível de substituições de directores de serviço não pertencentes à clientela política ministerial quer ao reenaminhamento abundante de doentes do SNS para o citado hospital privado.

É urgente interromper este processo de assassinato do SNS!!!

Lisboa,16/10/2013

A Direcção